

Dora Kramer*

Lula tropeça e abre espaço para o adversário

Aguardemos as próximas pesquisas para conferir se as primeiras depois do desastroso Carnaval apontaram uma tendência ou se apenas captaram um mau momento para o governo.

Seja como for, um dado é inquestionável: Luiz Inácio da Silva (PT) perdeu a aura de imbatível e pode perder o lugar de favorito habitualmente reservado aos ocupantes do poder. Escrita quebrada na derrota de Jair Bolsonaro, em 2022, e sinal de que o instituto da reeleição não tem taxa de sucesso garantido.

É cedo para constatações definitivas, mas o cenário traz de volta a questão sobre a permanência do presidente na disputa, dúvida afastada por ele mesmo depois que os erros dos adversários no ambiente do tarifaço lhe deram a chance de recuperação.

A oportunidade pode, ou não, ter sido perdida no embalo da bajulação afrontosa na Sapucaí. Ali houve de fato um desperdício, cuja extensão está para ser demonstrada, a depender de vários fatores, sendo o principal o comportamento de Lula.

Ele é bom no quesito volta por cima, mas tem

no ego inflado um inimigo. O excesso de autoconfiança faz mal à análise da conjuntura e favorece o autoengano. O presidente tem de si uma imagem que não é a mesma projetada nas lentes de metade da população.

Não vivesse a ilusão da quase unanimidade de anos atrás, Lula teria tido ao menos alguma desconfiança de que o candidato e o presidente deveriam brincar separados no ambiente transgressor do Carnaval.

Antes disso, a suposição de que está acima das críticas já havia levado o presidente a agir ao arrepio da lei, que veda ao governante o uso do aparelho de Estado, patrimônio público, em prol do interesse individual. No caso, eleitoral. O episódio do desfile chamou atenção para o que até então era tratado na base da cegueira deliberada e ainda contrariou setores que precisariam ser conquistados.

Resultado: recuou casas na escala de intenção de votos e cedeu espaço ao adversário. Só por achar que estava abafando e, como vemos, não é bem assim.

*Jornalista e comentarista de política

Paulo César de Oliveira*

Como acabar com a violência feminina?

Hoje vou sair deste “nhenhém” da política menor para falar sobre um problema que deveria estar preocupando os políticos, aqueles que realmente se preocupam com a representação popular e que, infelizmente, são poucos neste triste momento de nossa vida política. Falo da violência que vem apavorando a todos nós. E se isto serve de consolo, não apenas a nós brasileiros. A violência, notadamente contra as mulheres, se tornou uma “emergência global”, alertou o Alto Comissário da ONU para os Direitos Humanos. Uma violência que não é apenas física, mas também moral. Uma violência que nos impede de sair à rua, de usar um bem – telefone em especial – em locais públicos, de desfrutar a vida em locais públicos, enfim, uma violência que restringe o direito de bem viver e até mesmo de trabalhar. É preciso agir.

A sociedade precisa cobrar dos políticos – e não se esqueçam de que este é um ano eleitoral – ações efetivas, debates sérios e abertos que permitam a criação de políticas públicas efetivas, capazes de promover mudanças estruturais na sociedade. Só teremos chances de combater a violência que nos tolhe, nos atrapalha a vida, se tratarmos o problema com seriedade e buscarmos soluções efetivas, no limite do possível.

De nada adianta medidas demagógicas, como

a adotada recentemente na Argentina, que reduziu de 16 para 14 anos a maioridade penal. Certamente não reduzirá a criminalidade. Vai apenas baixar a idade média de seus detentos. Estamos correndo o risco de assistirmos no país, a aprovação de medidas demagógicas na área de segurança pública. A violência e a insegurança viraram tema de palanque político e perigo é de, na busca dos votos, nossos políticos aprovem agora medidas demagógicas, como a adotada na Argentina ou de aumento indiscriminado de penas, medida que, segundo especialistas, não inibe o criminoso. É preciso corrigir muita coisa para que a violência não possa progredir.

A instrumentalização e a valorização das forças policiais é um caminho, mas não haverá avanços se o Judiciário não for ágil e julgar em tempo hábil, conforme preceitua os normativos legais. Políticas sociais eficazes também contribuem para a diminuição da violência. “O Estado falha quando a criminalidade oferece uma opção de vida mais atrativa do que o caminho da lisura”, diz Gustavo Chalfun, presidente da OAB/MG. Mas não se iludam, acabar com a violência não vamos conseguir. Ela é inerente ao ser humano e cada um tem seu limite.

*Jornalista e diretor-geral da revista Viver Brasil

EDITORIAL

Petróleo pode sofrer revés com a guerra

A escalada de tensões entre Estados Unidos e Irã projeta uma sombra inquietante sobre o mercado mundial de petróleo e, por extensão, sobre toda a economia global. Não se trata apenas de um confronto bilateral, mas de um embate com potencial para desorganizar cadeias de suprimento, pressionar preços e reacender fantasmas inflacionários que muitos países ainda lutam para afastar.

O ponto nevrálgico dessa equação é o Estreito de Ormuz, corredor estratégico por onde transita parcela significativa do petróleo comercializado no planeta. Qualquer ameaça de bloqueio ou instabilidade na região eleva imediatamente o chamado “prêmio de risco” do barril. O mercado reage antes mesmo de qualquer interrupção concreta: basta a percepção de perigo para que os contratos futuros disparem.

O Irã, membro relevante da Organização dos Países Exportadores de Petróleo, já opera sob sanções que limitam sua capacidade de exportação. Um conflito direto ampliaria restrições, retirando ainda mais oferta do mercado. Em um cenário de oferta comprimida e demanda resiliente, especialmente na Ásia, o resultado previsível é a escalada de preços. Para países importadores, isso significa combustíveis mais caros, pressão sobre tarifas de energia e aumento no custo do transporte e dos alimentos.

Os efeitos não param nas

bombas de gasolina. O petróleo é insumo central para fertilizantes, plásticos, indústria química e logística. Um choque prolongado de preços pode comprometer a recuperação econômica global, elevar juros e reduzir investimentos. Economias emergentes, com moedas mais frágeis, tendem a sofrer desvalorizações adicionais, alimentando ciclos de inflação e instabilidade social.

Por outro lado, há quem veja oportunidade. Grandes produtores fora do eixo do conflito podem ampliar receitas e ganhar participação de mercado. Ainda assim, ganhos pontuais não compensam o risco sistêmico. A história mostra que guerras no Oriente Médio produzem volatilidade duradoura, corroendo previsibilidade, ativo essencial para decisões empresariais e políticas públicas.

O mundo já convive com tensões geopolíticas, transição energética e incertezas fiscais. Acrescentar a esse quadro um conflito direto entre Washington e Teerã é intensificar uma combinação explosiva. A diplomacia, portanto, não é apenas um imperativo político: é uma necessidade econômica global. Evitar que a retórica bélica se transforme em confronto aberto pode ser a diferença entre um mercado turbulento e uma crise energética de grandes proporções.

Opinião do leitor

Não às armas

É um absurdo que milhares de pessoas estejam sofrendo e perdendo suas vidas nesses conflitos. A guerra não é a resposta. O mundo precisa de paz! Calam-se as armas! Deus está com os construtores da paz. Oremos pela paz e digamos não à guerra. A paz não pode ser adiada: é uma necessidade urgente. Não às armas.

José Ribamar Pinheiro Filho
Brasília - Distrito Federal

O CORREIO DA MANHÃ NA HISTÓRIA * POR BARROS MIRANDA



HÁ 95 ANOS: RIO-PETRÓPOLIS SERÁ RECUPERADA

As principais notícias do Correio da Manhã em 25 de fevereiro de 1931 foram: Ondas revolucionárias dispararam em Arequipa e Pura, no Peru. Estão prosseguindo, satisfatoriamente,

em Roma, as negociações para a redução dos armamentos navais italianos. Ministério da Viação envia nota ao Correio dizendo que já providenciou as obras para recuperar a Rio-Petrópolis.

HÁ 75 ANOS: TROPAS ALIADAS INVADEM PYONGYANG

As principais notícias do Correio da Manhã em 25 de fevereiro de 1951 foram: Tropas Aliadas conseguem invadir a cidade norte-coreana de Pyon-

gyang. Comissões da ONU procuram diplomacia para um cessar-fogo na península coreana. Ivo de Aquino, do PSD, é líder do Governo no Senado.

Correio da Manhã

Fundado em 15 de junho de 1901

Edmundo Bittencourt (1901-1929) • Paulo Bittencourt (1929-1963) • Niomar Moniz Sodré Bittencourt (1963-1969)

Cláudio Magnavita (Publisher)
claudio.magnavita@gmail.com

Redação: Gabriela Gallo, Ivo Ribeiro, Marcelo Perillier, Pedro Sobreiro, Rudolfo Lago (editor), William França e Rafael Lima (Coordenador editorial)

Serviço noticioso: Folhapress e Agência Brasil

Projeto Gráfico e Arte: José Adilson Nunes (Coordenação), Anderson Sã e Thiago Ladeira

Telefones: (21) 2042 2955 | (11) 3042 2009 | (61) 4042-7872

Whatsapp: (21) 97948-0452

Rio de Janeiro: Av. João Cabral de Mello Neto 850 Bloco 2 Conj. 520

Rio de Janeiro - RJ CEP 22775-057

Brasília: ST SIBSQuadra 2 conjunto B Lt 10 - Núcleo Bandeirantes

Brasília - DF CEP 71736-20

São Paulo: Av. Francisco Matarazzo, 1752, sala 2317, Água Branca - São Paulo-SP - CEP 05001-200

Campinas: Avenida Aquidabã, 766, Sala 51, Centro - Campinas-SP, CEP 13010-132

www.correiodamanha.com.br

Os artigos publicados são de exclusiva responsabilidade dos autores e não necessariamente refletem a opinião da direção do jornal.